

• **Carta aberta da Corrente Proletária na Educação /POR aos trabalhadores da rede municipal de ensino de São Paulo**

BOLETIM DA **19 de fevereiro de 2016**

*Corrente Proletária na Educação*

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

## **TODA FORÇA AO ATO / ASSEMBLEIA DO DIA 26/02! CONSTRUIR A CAMPANHA SALARIAL EM UNIDADE COM OS OUTROS SETORES, COM A LUTA MASSIVA NAS RUAS, COM O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA.**

*A crise econômica vem golpeando as condições de vida dos trabalhadores. Os governos aplicam a política de “ajuste fiscal”, de aumento de impostos, tarifas, de arrocho salarial e de cortes de direitos. O prefeito Haddad impulsiona essa diretriz. Eis nossa resposta:*

- *Constituir uma frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados.*
- *É necessário que as Centrais, sindicatos e movimentos se independizem do governo e da política burguesa.*
- *É necessário organizar um movimento nacional que unifique operários, camponeses, classe média empobrecida e juventude oprimida.*

O governo federal tem reafirmado que prosseguirá com a política de “ajuste fiscal” do ex-ministro Joaquim Levy, ditada pela burguesia nacional e pelo imperialismo. Duas medidas são apontadas: o retorno da CPMF e a reforma da Previdência. A CPMF penaliza os milhões que inevitavelmente se utilizam dos bancos. Sobre a Previdência, além de elevar a idade mínima, pretende extinguir a diferença entre homens e mulheres e modificar o critério de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Mais ataques sobre a legislação trabalhista, também são esperados. Vale lembrar que as Medidas Provisórias 664 e 665 permanecem em vigor, sacrificando as pensões, o seguro-desemprego (proteção aos pescadores) e o auxílio desemprego, justamente quando se destrói 1,54 milhão de postos de trabalho em um ano.

Além do mais, o custo de vida está nas alturas. Segundo o DIEESE, a inflação de 2015 foi de 11,5%. A brutal elevação da dívida pública e a sangria do Tesouro Nacional saltam à vista. Foram R\$501,786 milhões em pagamento de juros aos parasitas do sistema financeiro.

Já não é possível ocultar o fracasso e a impossibilidade da política de “crescimento sustentável, com distribuição de renda”. Não há mais como iludir as massas com esmolas e algumas benfeitorias, como acontecia no período anterior, graças às condições relativamente mais favoráveis do mercado mundial. As direções dos sindicatos, centrais e movimentos têm tido dificuldade para sustentar sua política de colaboração de classes.

A determinação do governo federal de cortes orçamentários é seguida pelos governos estaduais e municipais, tudo para garantir os interesses dos credores. Bastam alguns exemplos: a crise na USP revelou o contingenciamento de verbas por parte de Alckmin (PSDB), o mesmo que tentou a “reorganização” das escolas, foi derrotado e agora vem tentando impor uma “reorganização silenciosa”, fechando milhares de salas. Haddad (PT) não fica atrás: a verba minguada para manutenção que chega às escolas, a redução do número de professores contratados (diminuindo o módulo docente), o conflito com os condutores do TEG etc.

Ambos estiveram juntos no aumento das tarifas dos transportes públicos e se mostram coesos também no que diz respeito à política salarial, com diferença de nuances. O zero por cento do tucano não difere em essência da política de abono sobre o piso, com incorporação abaixo da inflação do período e parcelado a perder de vista. Nas duas situações os trabalhadores têm seus salários confiscados pela inflação. Chega menos comida na mesa de suas famílias, fica cada vez mais difícil pagar as contas.

Os explorados têm resistido aos ataques em toda parte. A derrota de Alckmin no final de 2015 não foi obra somente das ocupações de escola pela juventude. Estas foram preparadas pela aguerrida greve de 92 dias dos professores. Os operários das montadoras têm enfrentado os seus patrões com greves e manifestações, o que se viu em outros setores. Em comum, esses movimentos têm demonstrado uma disposição de se chocar com as burocracias sindicais colaboracionistas. Esses atritos, contudo, ainda não foram capazes de demover essas direções traidoras, que seguem no controle das organizações de massas, aplicando a política de conciliação com os patrões e os governos.

Cabe aos explorados aprofundar esse choque e caminhar em unidade pela base, rompendo o corporativismo que isola as lutas e as enfraquece. Daí a importância do chamado que o Partido Operário Revolucionário faz neste momento a que se constitua uma **frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados**. No caso dos municipais, vale lembrar que a Previdência também está sob a ameaça do Sampaprev, proposta que precisa ser derrotada pela categoria.

O POR está convencido de que é preciso combater no seio dos oprimidos com o programa revolucionário, com a luta de classes e com as reivindicações que unificam os explorados. O POR luta por essa linha sob a estratégia da revolução proletária, da constituição de um governo próprio da maioria oprimida, um governo operário e camponês.

*Cumprindo seu dever, o POR chama os trabalhadores e a juventude a exigirem que as centrais sindicais rompam com o governo (CUT, MST, MTST, UNE) e com a oposição burguesa (Força Sindical, CGT, UGT). Que constituam imediatamente uma frente única em defesa dos empregos e salários. Que se coloquem claramente pelo fim de todo acordo de flexibilização capitalista do trabalho. Que levantem a bandeira de não pagamento da dívida pública. Que organizem o movimento nacional pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, pela estabilidade no emprego e pela escala móvel das horas de trabalho para incluir na produção todos os desempregados. Que coloquem para os explorados a defesa do salário mínimo vital calculado pelas assembleias. Que rechacem as medidas anti-nacionais, anti-operárias e antipopulares do governo Dilma. Com esse plano de reivindicações, que as centrais e sindicatos organizem um movimento nacional sobre a base de assembleias e de comitês de luta.*